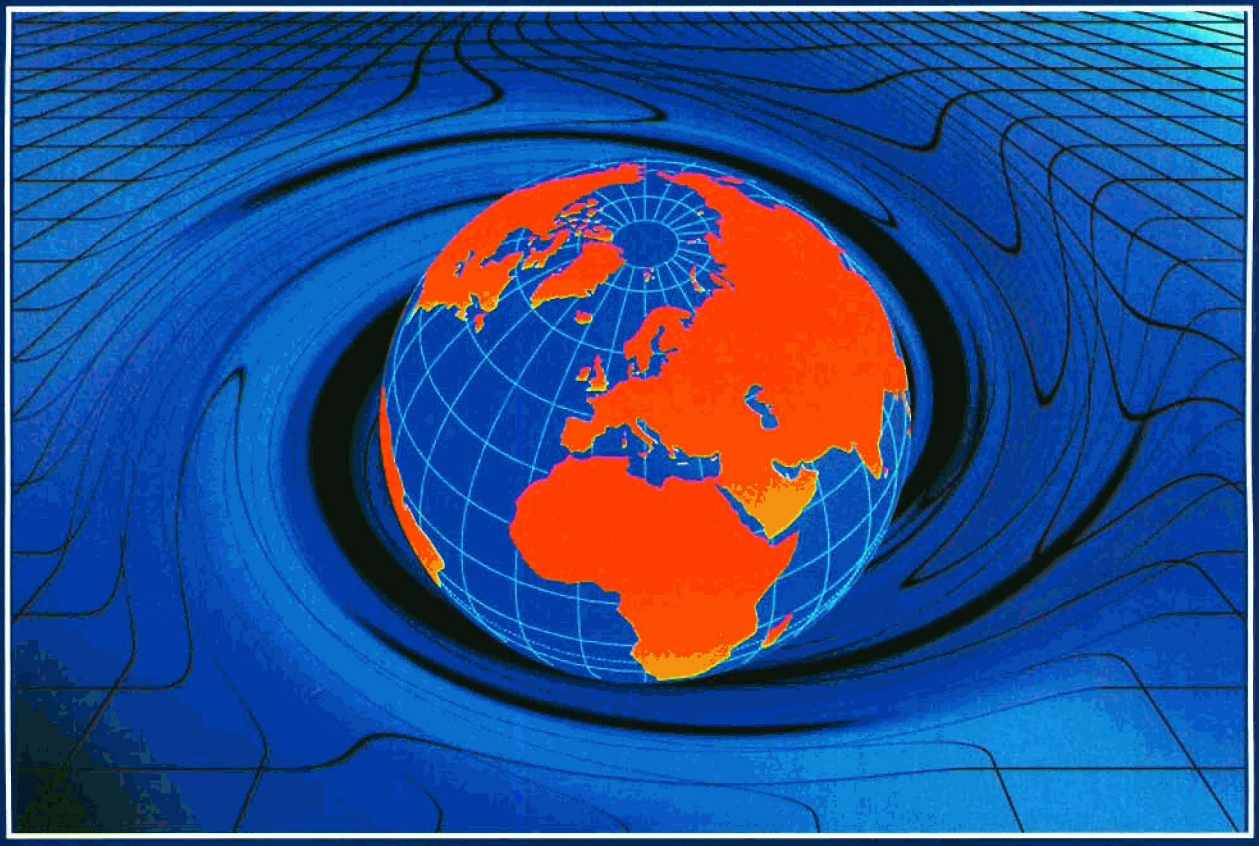

Caminho sem volta

Os mecanismos de defesa da existência e das condições de vida na Terra ganham aceitação da opinião pública mundial

JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS

O Clean Development Mechanism (CDM) é um dos três mecanismos estabelecidos pelo Protocolo de Kioto para permitir aos países se enquadrarem nas metas de redução das emissões dos chamados GHG ou gases de efeito estufa.

Derivado dos mecanismos de *joint implementation* e de *emissions trade*, estabelecidos para a troca entre países industrializados, o CDM – uma proposta brasileira – representa interessante alternativa para a troca/entendimento entre países industrializados e em desenvolvimento, na forma de projetos comprovadamente redutores de emissões ou que contribuam para seu aprisionamento.

O estabelecimento desses três mecanismos deu origem a mercados distintos de carbono. Um primeiro, relacionado ao mecanismo de *emissions trade*, relativo à troca entre países, compensando créditos e débitos de cada um em relação aos respectivos compromissos/metas assumidos. Um segundo nicho, relacionado ao mecanismo de *joint implementation*, constituído pelo ativo carbono oriundo de projetos de implementação conjunta, de iniciativa exclusiva de países do chamado anexo B, ditos industrializados. Por último, um terceiro, contemplando diretamente os países em desenvolvimento ou emergentes – de interesse direto do Brasil –, constituído pela oferta de carbono resultante de adicionalidades comprovadamente verificadas em projetos de CDM.

Em geral se trabalha com dados dos três mercados indistintamente, já que as estatísticas disponíveis não diferenciam o comércio por mercado e é ainda difícil uma avaliação do potencial de mercado de cada mecanismo em separado.

Iniciativa oportuna

Para examinar o *business* envolvido nesses mercados, em especial o CDM, a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp) da Fundação Getulio Vargas realizou em fevereiro último o "II Seminário Fontes de Recursos para Projeto: o CDM", de uma série prevista de três – louvável iniciativa de aproximação entre a comunidade acadêmica e o setor empresarial.

Reunindo empresários, na maioria do setor sucroalcooleiro – *brokers* representando companhias que já operam nesse mercado, *cases* de projetos em desenvolvimento, técnicos e consultores na área –, o seminário ilustrou muito bem o estado da arte do tema, especialmente ao dimensionar o atual mercado dos chamados *early credits* (créditos antecipados) de carbono.

De certa forma independentes das idas e vindas das negociações internacionais relacionadas à ratificação do Protocolo de Kioto pelos principais países emissores dos GHG, os *early credits* – que carregam consigo as incertezas de reconhecimento futuro – incorporam uma interessante relação custo/oportunidade, na medida em que trabalham, por essa mesma razão, com menores níveis de preço, em franca vantagem para o mercado comprador.

Mercados irreversíveis

Mesmo considerando-se o atual impasse na regulamentação desses mecanismos – ampliado pelo recuo do governo Bush em relação ao reconhecimento conferido pelo governo

Clinton ao Protocolo de Kioto, seguido recentemente pela Austrália –, todas as evidências da existência de um mercado primário de trocas dos *early credits* permitem concluir pela irreversibilidade desses mercados.

Mais ainda: o agravamento das mudanças climáticas, cientificamente comprovado, e os compromissos de redução e controle das emissões daí advindos permitem afirmar que é a troca de débitos e créditos de carbono entre países e empresas o que possibilitará o cumprimento dos compromissos assumidos, ratificados desde já ou em futuro próximo.

O CDM – uma proposta brasileira – representa interessante alternativa para a troca e o entendimento entre países industrializados e em desenvolvimento, na forma de projetos comprovadamente redutores de emissões ou que contribuam para seu aprisionamento.

Os projetos de CDM envolvem um conjunto de atividades estritamente técnicas, não rotineiras em nosso país, de certa complexidade, que exigem altas doses de credibilidade. Elas dizem respeito aos processos de validação, verificação e certificação da adicionalidade presente na engenharia de processo selecionada, expressa em toneladas de carbono ou de CO_2E de emissões evitadas ou seqüestradas, transformadas em CERs – Reduções de Emissões Certificadas a serem transacionadas.

Aqui não cabem pequenos acertos para se aproveitarem projetos ou *business plans* elaborados para outros fins, já que todos os estudos de *baseline* e cálculo das respectivas adicionalidades deverão atender a pré-requisitos que permitam a etapa seguinte de certificação, a cargo de empresas ou entidades independentes de reconhecido saber e credibilidade.

Créditos antecipados

Foram apresentados inúmeros *cases* de governos e grupos empresariais que saindo na frente montaram seus projetos e foram ao mercado. Tais *early credits* foram comprados por empresas interessadas em entesourar créditos antecipados – em geral operações fechadas *one to one* – adquiridos por investidores, fundos de investimentos ou pelo Prototype Carbon Fund, do Banco Mundial (PCF/BIRD).

Entre essas operações, alguns exemplos trazidos pela Econergy International Corporation (EIC), um dos *brokers* presentes ao seminário da Eaesp/FGV: nos EUA, a Pacific Corp., a American Eletric Power, a Niagara Mohawk e fazendeiros de Iowa. Na Europa, a British Petroleum, o Deutsche Bank, a Gaz de France, a Statoil da Noruega. No Canadá, a Ontario Power e a Suncor Energy. No Japão, a Sumitomo, a Tokyo Electric Power Co, a Mitsubishi Corp e a Mitsui.

No Brasil há os exemplos do Grupo Plantar, de Curvelo, Minas, indústria produtora de ferro-gusa, a partir da utilização de florestas renováveis certificadas, e da Peugeot, francesa, com um projeto de sumidouro no norte de Mato Grosso com espécies florestais nativas e exóticas.

Essas empresas se anteciparam e com isso têm se beneficiado, expondo em todos os fóruns em torno do tema a imagem de pioneiras em CDM e ecologicamente corretas, além de melhorar a rentabilidade de seus projetos resultantes das receitas adicionais advindas da venda dos créditos em carbono.

Faltam bons projetos

Para se avaliar esse mercado real de *early credits* de carbono no mundo – que funciona meio à margem de Kioto –, foram apresentados alguns dados fornecidos pelas empresas Natsource e EIC, importantes *brokers* do mercado internacional de carbono, presentes ao evento.

Trata-se de um mercado que já comercializou cerca de 40 milhões de toneladas de CO_2E – algo como US$ 400 milhões –, com preços variando de US$0, 50 a US$22,00/tonelada métrica de carbono equivalente (CO_2E), num total aproximado de 100 transações.

Segundo estudos de Zhong Xiang Zhang, da University of Groningen, estima-se que esse mercado represente algo em torno de 2,3 bilhões de toneladas de CO_2E por ano em 2005.

No dizer de John Paul Moscarella, vice-presidente executivo da EIC, "existem compradores de carbono, mas faltam bons projetos".

Quem sair na frente preparando-se para oferecer ao mercado nos próximos dois a três anos carbono validado, verificado e certificado, deverá acompanhar a curva ascendente de preços de carbono até seu pico coincidir com a ratificação final do protocolo pelos principais emissores.

O preço será cada vez mais uma função direta dos custos industriais de redução das emissões presentes nos países desenvolvidos, variando segundo alguns especialistas entre US$22-26 (Shell Internal Market) e US$265 (Wharton Econometrics/API) por tonelada de carbono reduzida.

Como costuma dizer um dos principais negociadores brasileiros nos fóruns internacionais, o secretário-executivo da Comissão Interministerial de Mudanças Climáticas do Ministério de Ciência e Tecnologia, José Domingos Miguez, "a conta da despoluição é alta e o jogo é definir quem paga".

Num ousado exercício de futurologia pode-se especular, ainda que de modo muito preliminar, que os preços seguem na faixa de US$1/t a US$20/t até a ratificação e regulamentação do protocolo, estourando na regulamentação – fala-se de US$200 a US$250/t – e depois se estabilizando em torno de US$70 a US$150/t.

Biomassa na frente

Em relação especificamente aos agronegócios, considerando-se as

duas áreas prioritárias definidas pela United Nations Framework Convention for Climate Change (UNFCCC) para projetos de CDM – eficiência energética em geral e fontes renováveis de energia –, a cada dia fica mais evidente que serão atividades ligadas a (1) matérias-primas florestais: siderurgia, celulose e papel; e (2) à indústria sucroalcooleira – num primeiro momento, projetos ligados à geração de energia a partir de biomassa –: aquelas que saem na frente.

As demais, incluindo aí florestas de sumidouro e culturas ou atividades agrícolas de elevada *performance* em seqüestro de carbono, os acontecimentos da última reunião da COP-06 em Haia – inconclusa e prorrogada para continuar em Bonn em meados deste ano – indicam que irão demandar mobilização de governo e setor privado para serem incluídas no futuro.

Trata-se, sobretudo, de se demonstrar a real adicionalidade das atividades que compõem nosso agribusiness, a partir de aprofundados estudos e diagnósticos que indiquem a *baseline* de cada uma e as diferentes engenharias de processo utilizadas; a partir daí se poderá validar, verificar e certificar o ativo carbono a ser transformado em CERs.

Enquanto isso o presidente George W. Bush, fiel ao compromisso com produtores norte-americanos de petróleo e legitimado por baixíssima margem de votos da pequena parcela da sociedade norte-americana que se dispôs a votar, vira as costas à opinião pública mundial e torna sem efeito um compromisso, não de um governo que o antecedeu, mas de uma nação que é, reconhecidamente, uma das maiores responsáveis pelo aquecimento da Terra.

É esperar para ver – e quem viver verá!

José Carlos Pedreira de Freitas é membro da Carbon Change Network e diretor da Hecta - Participações e Investimentos Ltda

Cesta de moedas

A indexação do peso ao dólar e ao euro pode ser o modo menos doloroso de desvalorizar a moeda argentina

ARGEMIRO LUÍS BRUM

Através de seu ministro Domingo Cavallo, a Argentina começa finalmente a reconhecer a necessidade premente de desvalorizar sua moeda. No estágio atual da economia do país praticamente não há outro caminho a seguir. Num contexto de economia aberta, onde a maioria dos competidores já foi obrigada a realizar seus ajustes cambiais, a Argentina não pode se dar ao luxo de paliativos do tipo plano de competitividade, como o lançado recentemente pelo ministro Cavallo.

O problema argentino passa a ser agora a forma de conduzir essa desvalorização. Diante de um endividamento em dólares, que alcança cerca de 80%, tanto em nível público como privado, a política cambial assume um lugar de destaque e o ajuste da moeda não pode ser feito da forma clássica, estilo maxidesvalorização brasileira de janeiro de 1999.

A situação chegou a tal nível que não se pode mais postergar o problema – antes que o mercado leve a uma desvalorização sem controle por parte do governo argentino, o que seria catastrófico.

Nesse quadro entra a sutil idéia do ministro Cavallo de indexar o peso argentino a uma chamada cesta de moedas ou mais precisamente a duas moedas, o dólar e o euro.

Mesmo dourando a pílula, ou seja, anunciando que tal passo será dado quando as duas moedas chegarem à paridade, fica evidente que a média ponderada das duas jamais permanecerá por muito tempo em um por um. Ao encaminhar essa solução, o governo argentino está encaminhando uma tentativa de gradual desvalorização do peso.

O mercado já compreendeu isso e reage, fato que explica o forte ataque sobre o real brasileiro em abril: R$ 2,20 por dólar no dia 17, um recorde desde a criação da moeda em julho de 1994.

Pouco fôlego e inflação

Na verdade, se a indexação do peso argentino às duas moedas fosse feita hoje, pelo câmbio atual, a desvalorização do peso chegaria a pelo menos 6% para começar (sabe-se que na prática a defasagem do peso em relação ao dólar está muito acima desse percentual).

Mas existem outros problemas para a execução da estratégia. A primeira delas é o fato de que a moeda européia